



O inconsciente e as relações de objeto

Charles Hanly*, Toronto

Este artigo explora o impacto dos processos inconscientes em nossa compreensão do que ficou conhecido como teorização psicanalítica relacional. Essa visão relacional está baseada em duas premissas principais: primeiro, as relações de objeto são os fatores causais fundamentais na vida psíquica em geral e na patogênese, tendo prevalência sobre as pulsões e o desenvolvimento da pulsão; segundo, a relação de objeto que existe entre o analista e o analisando é caracterizada pela ocorrência de enactments recíprocos da transferência/contratransferência. Os fundadores da teorização psicanalítica relacional afirmavam que a primazia da libido, como Freud a definiu, não concordava com as relações de objeto ou não conseguia valorizar a importância dessas relações. Contudo, Freud inclui o objeto e a relação com o objeto em sua definição esquemática de instinto. As inovações conceituais da teoria relacional são, sem dúvida, bem intencionadas. Uma vez que a implicação da objetividade do analista é considerada e que a idéia epistemológica do analista irreduzivelmente subjetivo é modificada por tornar-se consistente com essa implicação, a idéia propõe uma cautela altamente salutar para os analistas, ou seja, tratar suas observações, sentimentos e idéias sobre seus pacientes com um ceticismo informado e nunca tomá-los por certos. Essa posição modificada é o realismo crítico. Finalmente, a psicanálise relacional pode acabar se tornando mais um escape do inconsciente, em vez de ser um insight mais profundo na sua natureza e em suas formas de funcionamento.

* Membro da Sociedade Psicanalítica Canadense.



Charles Hanly

O inconsciente dinâmico consiste na criação da repressão e de outros processos defensivos mobilizados pela ansiedade contra necessidades instintivas e suas pulsões, seu afeto e seus derivativos ideacionais (memória e fantasia). A repressão pode ser causada tanto pelas próprias necessidades instintivas como por um trauma na relação de objeto, ou, freqüentemente, pelos dois fatores em conjunto, entrelaçados e reforçando-se mutuamente. Este artigo explora o impacto dos processos inconscientes em nossa compreensão do que ficou conhecido como a guinada relacional psicanalítica. Essa visão relacional está baseada em duas premissas principais: primeiro, as relações de objeto são os fatores causais fundamentais na vida psíquica em geral e na patogênese, tendo prevalência sobre as pulsões e o desenvolvimento da pulsão; segundo, a relação de objeto que existe entre o analista e o analisando é caracterizada pela ocorrência de *enactments* recíprocos da transferência/contratransferência.

A “guinada relacional” no pensamento psicanalítico teve suas origens na oposição de Fairbairn (1946) à hipótese de Freud de que a libido seria uma pulsão que exerceria sua própria influência decisiva sobre o desenvolvimento psíquico. Essa oposição manteve-se viva parcialmente por analistas que queriam desligar a mente de suas origens biológicas e físicas. A “guinada relacional” é freqüentemente associada a outras idéias filosóficas, tais como o repúdio de Kohut (1959) ao determinismo psíquico, a negação da natureza científica do conhecimento psicanalítico, como em Spence (1994), e o subjetivismo epistemológico, como em Orenstein (1994). Kohut (1977) também deu prioridade exclusiva às relações de objeto em sua argumentação de que o complexo de Édipo deriva de uma criação inadequada. Essas idéias formam um conjunto, embora não sejam logicamente coerentes, já que algumas podem ocorrer sem as outras. Juntas, tendem a ter o caráter de um humanismo religioso secularizado do tipo encontrado no existencialismo de Sartre (1943), Merleau-Ponty (1945) e Heidegger (1927), apesar de seu ateísmo declarado.

Epistemologica e metodologicamente, a “guinada relacional” considera que o conhecimento de pessoas, tanto de si mesmo como dos outros, está baseado nas relações entre as pessoas. As relações são tratadas como sintéticas *a priori*, no sentido de Kant, ou seja, como fundamentos do conhecimento clínico. As formas de experiência e as categorias de compreensão de Kant (1781) são, obviamente, substituídas por relações de pessoa a pessoa, mas, como as predecessoras kantianas, as relações de pessoa a pessoa são tratadas como condições universais e necessárias para qualquer experiência ou compreensão possível de si mesmo ou dos outros. É claro que ninguém concordaria com Kant no que se refere a afirmar que a geometria euclidiana é universal e necessariamente verdadeira, nem negaria que o espaço é relativo à massa, como propõe a teoria geral da relatividade, em vez de ser relativo ao observador





humano, como a epistemologia de Kant (1781) propõe, mas não consegue provar. A epistemologia da “guinada relacional” tem somente um ponto em comum com a epistemologia de Kant (1781). É, contudo, o ponto crucial que define que o conhecimento de pessoas é universal e necessariamente baseado em relações. A relação é anterior ao conhecimento e constitutiva dele. A conseqüência disso para a psicanálise é a seguinte: o conhecimento que o analista é capaz de obter sobre os motivos, o caráter e os conflitos de um paciente em análise está inevitavelmente condicionado pela interação entre analista e paciente e é produto dessa interação. É essa idéia que concede à transferência e à contratransferência sua importância na epistemologia da “guinada relacional”.

É, obviamente, um truísmo inescapável que o conhecimento direto de uma outra pessoa, por exemplo, conhecimento pessoal, exige uma relação com a pessoa a ser conhecida. Essa pessoa precisa ser percebida, experienciada em suas várias capacidades, hábitos e maneiras. E, se o conhecimento é para ser do tipo exigido para uma compreensão psicanalítica da pessoa, a relação terá que ser estabelecida com a pessoa, que, provavelmente, provocará atitudes e evocará sentimentos com relação a si mesmo no analista observador. A observação psicanalítica não é dificultada pelas ilusões visuais físicas que por muito tempo enganaram a humanidade com relação à natureza, à organização e à dinâmica de corpos sagrados e ao lugar do homem na natureza. Contudo, a observação clínica psicanalítica tem a dupla desvantagem de ser qualitativa, em vez de quantitativa, e inevitavelmente sujeita à influência subversiva dos afetos.

O racionalismo científico e filosófico (por exemplo, Descartes, 1649, Spinoza, 1677), desde o princípio, não confiou nas emoções e temeu sua influência sobre a observação racional e sobre o pensamento. Essa atitude crítica é amplamente justificada pela destruição forjada pela ansiedade e pelos afetos hostis que enredaram e distorceram as percepções dos outros indivíduos e de grupos, naqueles que foram inspirados por eles, para fornecer desculpas a vários tipos de violência privada e pública. É um pouco surpreendente que Freud (1933) tenha encorajado os analistas a cultivarem uma atitude clínica de curiosidade benigna imparcial. Porém pode ser que tal atitude seja psicologicamente inatingível, que seja baseada em uma ilusão tanto quanto a astronomia de Ptolomeu?

A atitude racionalista, embora razoável em geral, é falha ou, no mínimo, limitada quando se trata de conhecer os outros e nós mesmos. A clareza e a precisão intelectuais cartesianas não são uma prova irrefutável da verdade. Obviamente, em psicanálise, deveríamos ser capazes de definir o que dizemos conhecer com uma clareza e uma precisão que não dêem lugar a mal-entendidos e forneçam testes de evidência. Porém o racionalismo tradicional não conseguiu valorizar a contribuição





Charles Hanly

que os afetos podem trazer, motivando a investigação referente à organização da percepção e à clareza de julgamento. É claro que a inveja, a crueldade, o ódio, a violência e o amor perverso precisam ser combatidos por uma razão moral (Kant, 1788), mas a razão moral é ineficiente e cansativa, a não ser que seja guiada e informada pelos afetos compensadores como pena, amor e respeito pelo bem-estar dos outros, de acordo com a idéia defendida pelo utilitarismo. O dever animado pelos sentimentos sociais (Mill, 1863) ou, se estes falharem, pelo medo da exposição e da punição são essenciais para o pensamento moral poderoso. O que é verdade sobre o pensamento moral humano também é verdade sobre o conhecimento psicológico humano. O racionalismo representou uma esperança nobre, mas foi uma esperança que negou de forma pouco realista a dependência inevitável do caráter humano quanto aos dons genéticos, à pulsão de vida, às relações familiares e às identificações.

Reporto-me (Hanly, 1995) a Proust para ilustrar a noção de que as idéias nos capacitam a perceber as coisas como elas são. O sentimento cultivado, contudo, também nos capacita a perceber as coisas como elas são. O amor ajuda-nos a discernir e discriminar. O animal amante percebe, na floresta, os rastros de diversas espécies selvagens, o que outros não perceberiam, sem falar na capacidade de distinguir os detalhes identificados de pegadas. O trabalho psicanalítico adequado requer um discernimento e uma discriminação que somente a sintonia afetiva e a compreensão do outro podem oferecer. Porém, embora o amor dos animais possa ser o suficiente para os objetivos e tarefas cognitivos do guarda florestal, o amor dos analisandos não é o bastante para o analista. A sintonia afetiva do analista deve ser mais diversificada, mais vulgar, grosseira, irônica, iconoclasta, ímpia, escandalosa, suspeita, lastimável, excêntrica, mais chauceriana e shakespeariana para discernir e discriminar precisa e harmoniosamente os caprichos e as vicissitudes da vida psíquica. Sem discriminação afetiva, os derivativos das fantasias inconscientes do paciente e, portanto, a agressão e a libido inconscientes, as defesas contra eles e seu investimento na transferência e outras relações de objeto do paciente continuarão desconhecidas, não serão percebidas e serão mal-entendidas pelo analista.

Os psicanalistas que tomaram a “guinada relacional” propagam a impressão de que são os defensores de uma nova idéia e que a análise clássica (psicanálise antes da “guinada relacional” da intersubjetividade) não reconhece as relações de objeto. A psicologia de Freud é uma psicologia para indivíduos. Fairbairn (1946, 1963) iniciou essa crítica um pouco mais cedo do que aqueles que recentemente tomaram a “guinada relacional” com seu repúdio do conceito freudiano da libido como uma pulsão. A crítica de Fairbairn foi uma maneira de retirar a força da primazia e da instintividade da libido – sua capacidade independente e espontânea de gerar necessidades prementes. A crítica de Fairbairn parecia implicar que a primazia da libido,





como Freud (1915) a definiu, não concordava com as relações de objeto ou não conseguia valorizar a importância dessas relações.

Acredito que essa implicação é injustificada. Freud (1915) torna isso claro quando afirma que “*Um termo melhor para definir um estímulo instintivo é uma ‘necessidade’*” (p.118-119). Uma necessidade depende de um objeto para sua satisfação; motiva uma busca por um objeto satisfatório; forma uma relação de objeto de um tipo específico. O primeiro ataque ao narcisismo primário infantil, um ataque que coloca o princípio da realidade a trabalhar (Freud, 1895), é o sentimento ansioso do desamparo incitado pela fome. Nessa luta, o narcisismo deve perder e ceder um pouco de libido ao amor objetal, para que o bebê sobreviva. É assim, mesmo que o narcisismo tenha que tentar reparar o dano em sua onipotência através da ilusão de um seio indiferenciado. Freud (1914) já tinha descrito as relações de objeto narcísicas e as diferenciava de laços libidinais dependentes com objetos. Da mesma forma, Freud (1915) inclui o objeto e a relação com o objeto em sua definição esquemática de pulsão. Até mesmo a formação de uma atividade com o ego que o capacita a formar uma relação consigo mesmo – o superego – é, de forma original e prototípica, uma relação de objeto internalizada, causada pela identificação fortalecida com o pai ou a mãe (Freud, 1923). A relação é modelada pela experiência edípica do menino de uma relação com seu pai, ou pela experiência edípica da menina da relação com sua mãe. As relações de objeto fazem parte do mesmo tipo de organização tripartida da psique. Embora Freud (1923) tenha especulado de forma equivocada sobre a origem do superego como sendo um resíduo arcaico, sua teoria não requer essa hipótese porque suas considerações sobre o desenvolvimento oferecem uma explicação razoável de sua psicogênese. E o pensamento clínico de Freud, desde o início (1895) até o final (1937), está fundamentado na relação de objeto do analista/paciente e paciente/analista, revelando a compreensão da transferência e da contratransferência. Não nos surpreendemos, portanto, com o fato de Freud dar a mesma importância aos fatores de desenvolvimento subjetivo e de relação de objeto (o sofrimento do indivíduo causado por ele mesmo e o sofrimento do indivíduo causado pelos outros) no que diz respeito à causa das neuroses. Na visão de Freud (1917), não faz mais sentido inserir uma alternativa exclusiva entre o desenvolvimento interno e as relações de objeto no que se refere à causa da neurose do que optar pelo óvulo feminino ou pelo esperma masculino na concepção, em vez de considerar os dois. Esse esquema etiológico geral está fundamentado em seus relatos de caso. As relações de objeto e as vicissitudes pulsionais são reciprocamente co-determinantes embaralhados das vidas das pessoas. Nenhuma teoria que não considere tanto os fatores causais endógenos como os exógenos auxiliará nossa compreensão da realidade psíquica. Ainda que, em suas reivindicações por originalidade, os psicanalistas da “guinada relacional” às





Charles Hanly

vezes atribuem à psicanálise clássica um detrimento das relações de objeto em favor dos determinantes pulsionais, uma leitura justa de Freud considerará a atribuição equivocada.

O que, afinal, é a “guinada relacional” e o que ela alcança? Se as relações de objeto nunca foram abandonadas, o que está sendo conquistado pela “guinada relacional”? Pode-se argumentar que, na psicologia do ego freudiana dos Estados Unidos durante o período pós-guerra, havia uma tendência a enfatizar fatores de desenvolvimento libidinosos e agressivos em detrimento das relações de objeto. Essa tendência era encontrada na confiança exclusivista e muito simplificada no “modelo pulsão/defesa”, como se a realidade psíquica de vidas individuais não precisasse de outras categorias de compreensão. Também era encontrada na idéia de que uma pessoa que tivesse sobrevivido após passar pelas depredações traumáticas do holocausto somente se tornaria neurótica como consequência de uma precondição de seu desenvolvimento infantil. Essa atitude não reconhecia que o trauma causado pelo fato de ser tratado de forma bruta pode causar danos severos a estruturas e funções psíquicas saudáveis. Porém, se alguns psicólogos do ego superestimaram as pulsões em detrimento das relações de objeto, Freud nunca cedeu em seu repúdio insistente de tais idéias (Hanly, 1986).

Embora se considere com freqüência que a teorização de Klein tenha contribuído mais para as relações de objeto do que a teorização de Freud, por ter tomado e trabalhado as implicações da teoria da pulsão de morte de Freud, a teoria de Klein expande o âmbito para o qual o desenvolvimento do ego é impelido e determinado pela pulsão. Especificamente, postula-se que as precoces posições esquizo/paranóides e depressivas se desenvolvem sob a influência da luta do bebê com a pulsão de morte, independentemente das contribuições da relação de objeto. Os objetos primários do ego do bebê, primeiro o seio da mãe e depois a própria mãe, devem seus significados experimentais primários e sua influência na formação do ego ao trabalho da pulsão de morte e à libido. O drama fundamental kleiniano da fase oral desenvolve-se de uma maneira que supera e se apropria antecipadamente da natureza das relações de objeto oferecidas ao bebê pela mãe e seu seio. Na verdade, devido à adesão de Klein à pulsão de morte, sua teorização é mais freudiana do que a teorização de muitos freudianos (Hanly, 1978). A teoria de Klein sobre a relação geral entre os determinantes pulsionais e os determinantes da relação de objeto no desenvolvimento psíquico é freudiana, não somente no que diz respeito à sua adesão à pulsão de morte, mas também na ênfase que coloca na contribuição das pulsões para o desenvolvimento psíquico, para as relações e para a experiência dos objetos.

Se as relações de objeto foram negligenciadas por alguns psicólogos do ego freudianos dos Estados Unidos, não foram negligenciadas por outros. Os trabalhos





de Abrams (1986), Chused (1986), Loewald (1951), Neubauer (1987), Novick & Novick (1987), Shengold (1989) e muitos outros tornam isso claro. Nas controvérsias entre Melanie Klein e Anna Freud, os psicólogos do ego americanos ficaram do lado de Anna Freud. A psicologia do desenvolvimento de Anna Freud não estava tão fundamentada na pulsão de morte de Freud como estava a psicologia do desenvolvimento de Klein. Conseqüentemente, a mãe e sua maternidade e as necessidades do bebê são mais claramente co-determinantes do desenvolvimento infantil no trabalho de Anna Freud (1946, 1949), embora também não sejam negligenciadas por Klein. As repressões e outros processos defensivos que abastecem e dão vida ao inconsciente psíquico podem ser causados pela ansiedade gerada de forma inerente ou pela força traumática das relações de objeto falhas. A hipótese mais realista parece ser a de que os dois fatores estão sempre presentes, ao menos até certo ponto. Contudo, no meu ponto de vista, essa discordância localizada sobre o estágio oral pode ser facilmente exagerada. Fundamentalmente, Klein concordava com Freud sobre o fato das relações de objeto serem motivadas e informadas pelas necessidades do indivíduo, tanto bebê quanto adulto. Essa concordância mais profunda é claramente enfatizada quando se consideram as premissas da psicanálise relacional.

Há um ponto fundamental no qual as considerações oferecidas até o momento não englobam a idéia das relações de objeto no subjetivismo psicanalítico contemporâneo. Essa teorização começa e termina com uma relação de objeto, embora haja exceções: a relação entre o paciente e o analista. Faz uso de discussões recentes das psicologias individual ou de pares, na qual a psicanálise clássica é tratada como se fosse uma psicologia do indivíduo, quando não é assim (Hanly & Nichols, 2001). Reivindica o fato de respeitar mais o analisando, já que o trata como um parceiro igual no trabalho. Evita o autoritarismo dos analistas clássicos. É democrática e igualitária. É adequada às necessidades do paciente. Evita subjugar e humilhar o analisando. Seu objetivo é destruir a ortodoxia antiquada da ação unilateral sobre a mente encapsulada do analisando pela mente encapsulada do analista. Para alcançar tudo isso, algumas idéias mais radicais do que as que já consideramos devem ser consideradas.

A psicanálise relacional considera a matriz transferência/contratransferência dada e oferece uma racionalização para uma forma radical dessa matriz, que poderia ser descrita de modo mais apropriado, do meu ponto de vista, como transferência/transferência. Na verdade, esse uso de termos seria melhor para evidenciar a igualdade dos parceiros na díade relacional. A noção clássica de que a transferência pode ocorrer sem que o analista necessariamente reaja com uma contratransferência é repudiada. Esse repúdio questiona de forma radical a obrigação aí contida de que o analista deva considerar que a contratransferência não perturba sua capacidade ana-





Charles Hanly

lítica. Se a contratransferência realmente é inevitável, analisá-la é impossível e não se pode esperar que os analistas façam o impossível. Tais tentativas seriam sisifianas e ilusórias, se a contratransferência é inevitável. Os psicanalistas relacionais também não permitem que o analista use a contratransferência para entender melhor a transferência do paciente. Se não houver transferência identificável que pertença ao paciente de forma independente da transferência do analista com o paciente, o analista fica destituído de qualquer posição a partir da qual poderia ter uma visão do paciente ou da transferência do paciente que não fosse comprometida pela sua própria atividade primária de pensamento do inconsciente subjetivo. Já que a atividade de pensamento inconsciente é impulsionada pela busca de satisfação da infância não-satisfeita do inconsciente do analista, o vínculo transferência/contratransferência torna-se um emaranhado transferência/transferência.

A teoria relacional também faz uma reivindicação ontológica, uma reivindicação sobre o que é fundamental e o que é derivativo. A relação é tomada como sendo o fundamento do ser dos indivíduos. Essa conjectura contradiz a visão de que as relações influenciam profundamente a personalidade e o caráter devido ao seu impacto sobre as necessidades do indivíduo, exatamente como as necessidades do indivíduo exercem uma profunda influência em suas relações. Essa visão está implícita, por exemplo, na hipótese de Freud (1917) de que nossa personalidade seja, em parte, formada por identificações com objetos de amor perdidos em uma tentativa de preservar uma relação com o objeto. Nessa visão, as relações, as necessidades e, podemos ainda incluir, as características genéticas, são igualmente fundamentais.

O vínculo transferência/contratransferência é levado um passo adiante pela idéia de co-criação. Quem o analisando é ou foi é o resultado de uma co-criação da relação entre o analista e o analisando. A partir do mesmo tipo de raciocínio do postulado da co-criação, quem o analista é ou foi é o resultado de uma co-criação das interações governadas pela mesma relação. Uma consequência dessa teoria é a de que o analista, diferentemente do analisando, terá que ser capaz de suportar tantas co-criações quantos pacientes ele tenha – superficialmente, ao menos, uma perspectiva vertiginosa. Mas vamos deixar a díade relacional de lado momentaneamente. Se um membro da família ou um amigo do analista são tão importantes para ele quanto seus pacientes e se considerarmos a premissa da primazia da relação de forma séria e não somente como uma idéia experimental com a qual atacar a análise clássica e o realismo científico, o analista também teria algumas outras co-criações para realizar e suportar depois da sua co-criação no trabalho. Se a relação é anterior, e as condições de ser (natureza) existem na díade analítica, a mesma precedência e condições não seriam aplicadas de forma geral? Que equilíbrio delicado de ser para si mesmo e ser para outros, para tomar emprestada a terminologia de Sartre (1943), permite a consis-





tência e coerência de ser do analista relacional? Ele não teria de suportar um ser kohutiano fraturado? A identidade pessoal do analista e do analisando pode ser sustentada na base dessas suposições, já que a identidade pessoal depende da lembrança do passado, se uma relação sempre altera, constringe ou facilita as lembranças do passado? Se a relação é anterior ao ser, podemos usar a expressão “o passado de alguém” de forma apropriada para nos referirmos a uma realidade da qual podemos não nos lembrar do todo, mas que, de qualquer forma, aconteceu, quer nos lembremos ou não? A primazia relacional, quando ligada à co-criação, não implica que nosso passado é meramente o resumo dos passados produzidos pelas co-criações nas quais nos envolvemos?

A relação entre analista e analisando é anterior (no sentido de ser fundamental e determinativa) a tais procedimentos analíticos como identificações experimentais. A identificação experimental na análise, na premissa relacional, não se dá com o analisando; dá-se com o analisando co-criado. Acontece com a imagem do analisando criada pelo analista. Uso “imagem” aqui no sentido de imagem perceptiva, imagem da memória e idéia sintética. O analista relacional pode escapar da tontura de identidade porque tem que lidar somente com sua própria imagem do paciente, uma imagem que será informada por sua teoria, seu caráter, seu humor, seus sentimentos e necessidades e, em grande parte, de forma inconsciente? Mas é a imagem que o analista faz do analisando que muda de uma relação para outra e não o analista. O analista é salvo da mutabilidade vertiginosa, mas a questão que surge agora é a de que influência tem o analisando sobre a imagem que o analista faz do analisando. O que foi ganho para o analista foi perdido para o analisando. E há ainda outra pergunta: “O que pensar sobre a empatia com a imagem que o analista forma do analisando em vez de com o próprio analisando na identificação experimental”?

O problema torna-se ainda mais complicado devido à idéia da subjetividade irremediável do analista (Renik, 1993). Essa idéia ganhou aceitação merecida entre os analistas ligados à teoria relacional. Se as observações do analista e as idéias sobre seus analisandos são, na verdade, epistemologicamente incorrigíveis, então a influência que o analisando exerce sobre sua imagem co-criada com o analista não importa, já que a personalidade, a teoria, etc., do analista anulará essa influência de maneira suficiente para torná-la irremediavelmente subjetiva. Será fundamentalmente uma imagem do analista em vez de ser uma imagem do analisando. Sofrerá da falta irremediável da objetividade.

Essa implicação vem da premissa da subjetividade irremediável do analista quando oferece uma interpretação epistemológica. Essa implicação ainda não foi bem entendida. Levantou-se a hipótese de que a objetividade analítica pode ser alcançada, apesar da subjetividade irremediável, através de previsões sobre o curso da





Charles Hanly

análise e através da observação de que as previsões realmente se concretizam. Porém essa afirmação implica que a subjetividade do analista é, afinal, remediável. Uma hipótese pode ser cogitada pelo analista que (a) não influencia o curso da análise de forma a torná-la uma profecia de auto-satisfação ou o resultado de sugestão e (b) possa ser testada empiricamente, à medida que o processo se desenvolve, através de observações que não sejam comprometidas pelo viés do analista e pelo pensamento desejoso, ou seja, sejam objetivas. Contudo, se isso pode ser feito, a tese irremediavelmente subjetiva foi falsificada. Conseqüentemente, a tese da subjetividade irremediável é tão solipsística quanto contraditória.

As inovações conceituais da teoria relacional são, sem dúvida, bem intencionadas. Além disso, essas idéias servem a objetivos úteis. Uma vez que a implicação da objetividade do analista (Renik, 1998) é considerada e que a idéia epistemológica do analista irredutivelmente subjetivo é modificada por tornar-se consistente com essa implicação, a idéia propõe uma cautela altamente salutar para os analistas, ou seja, tratar suas observações, sentimentos e idéias sobre seus pacientes com um ceticismo informado e nunca tomá-los por certo da forma como, aparentemente, uma geração de psicólogos do ego dos Estados Unidos fez. Essa posição modificada é o realismo crítico (Hanly, 1999; Hanly & Hanly, 2001).

Um filósofo analítico de Oxford diria que a versão epistemológica da “subjetividade irremediável” é um erro de categorização originado do fato de se tratar uma idéia que expressa uma recomendação através da gramática lógica de uma descrição de fato – um erro na gramática lógica da linguagem. A proposição “as interpretações do analista são irremediavelmente subjetivas” tem a forma gramatical lógica de uma nova descrição de uma situação inesperada, mas está correta, é uma forma logicamente consistente, enquanto implica uma descrição ou, mais precisamente, uma ampla classe de descrições, é optativa ou imperativa, como na proposição “Gostaria que os analistas sempre tivessem consciência ou os analistas deveriam sempre estar cientes do risco de que suas interpretações sejam subjetivas”. A idéia, assim interpretada, serve como um resumo preventivo de todas as maneiras pelas quais nossas observações e idéias sobre nossos pacientes e, na verdade, sobre nossa terapia e ciência, podem estar equivocadas. Na literatura, há uma rica gama de contribuições específicas às maneiras pelas quais as reações afetivas e as interpretações do analista podem estar equivocadas como um resultado de sugestão, contratransferência, identificação projetiva, etc. A idéia epistemológica de que nosso processo perceptivo de pensamento e memória é incorrigível não está implicada por essas valiosas contribuições, mas a idéia preventiva de o quão vulnerável estamos à subjetividade é inferida pelas contribuições e as resume de forma útil.

Contudo, a idéia da subjetividade irredutível do analista tomada como uma





descrição epistemológica implica que o paciente e o inconsciente do paciente são desconhecidos porque nunca podem ser libertados das idéias e impressões subjetivamente comprometidas e saturadas do analista, mesmo que essas idéias possam até mesmo ter a aparência de serem empíricas, indutivas e científicas. *Porém, tomada como uma recomendação, a idéia funciona como um terceiro elemento psicanalítico útil – uma posição da qual os analistas são capazes de usar, para grande benefício do paciente e da ciência, as capacidades cognitivas finitas e falíveis da objetividade que nos são oferecidas pela evolução e por nossos esforços individuais de autocontrole e compreensão.*

Contudo, deve-se reconhecer que a co-criação é um fato inevitável da situação analítica. Os relacionistas e solipsistas dentre nós colocam uma questão importante. A pergunta que precisamos fazer sobre a situação analítica é “o que, no processo analítico, é co-criado e o que não é?” Há alguns anos atrás, o analista “A” encaminhou uma paciente, uma talentosa artista que somente podia pagar por uma sessão de psicoterapia por semana um custo bastante reduzido, a um colega cujos serviços eram totalmente cobertos pelo sistema de saúde do governo. A paciente havia desenvolvido uma transferência edipiana positiva com o analista “A”, depois de conseguir utilizar a terapia para superar uma grave depressão. Embora, em minha opinião, ela precisasse de mais sessões por semana para superar sua ligação edipiana idealizante/degradante. E o analista sentia que oferecer quatro horas por semana pelo mesmo valor semanal teria sido, para ela, uma gratificação que a teria imunizado para interpretações mais profundas de sua ligação de transferência libidinal e a resistência que esta sustenta. Como artista, a paciente era particularmente sensível ao ambiente ao seu redor. As consultas aconteciam em um consultório no primeiro andar da casa do analista, em uma grande sala bem mobiliada, com paredes cobertas de livros e uma grande escrivaninha antiga de noqueira em um canto. Sua percepção desse móvel tornou-se o núcleo ao redor do qual se desenvolveu uma fantasia de transferência e uma resistência. Ela imaginava que seu analista havia nascido em uma família muito rica, que havia herdado a grande casa em um bairro de prestígio, que nunca havia tido de trabalhar para viver, mas podia devotar-se a uma vida de cultura, ciência, psicanálise e luxo. Portanto nunca poderia entendê-la, já que ela havia nascido em uma família pobre do meio rural sem cultura. Tivera de trabalhar e sofrera reveses em sua luta para tornar-se uma pintora, seu talento somente recentemente lhe havia possibilitado alugar um apartamento pequeno e começar a ter uma vida melhor. A escrivaninha tornou-se uma ligação associativa central na sua queixa reiterada de que o analista nunca poderia entendê-la. Ele nunca compartilharia suas idéias políticas de esquerda, nem seria capaz de dar valor a sua vida e sua arte. Essas e outras queixas guardavam sentimentos de possessividade invejosa, que ocasionalmente se tornavam





Charles Hanly

mais intensos através de suas associações. Ela parecia estar protestando inconscientemente quanto ao fato de parecer muito patética na visão de seu analista, de forma que ele jamais gostaria de se casar com ela, mas se ele quisesse dividir sua riqueza e sua casa com ela, ela saberia como fazê-lo feliz. Uma fantasia inconsciente de romance familiar estava mobilizando uma resistência.

Ela selecionou a analista “B” dentre três analistas com os quais havia consultado várias vezes antes de tomar uma decisão. O consultório da analista que ela finalmente escolheu era suficientemente confortável, mas ficava em um hospital onde as salas eram iluminadas pelas lâmpadas do teto em vez de por luminárias baixas e abajures. No início, a paciente depreciou a analista, seu escritório e a mobília. A depreciação sugeria sentimentos feridos e raiva por ser abandonada pelo analista “A”, que, de acordo com sua opinião, poderia tê-la tratado por um valor irrisório. Porém ela, então, começou a se envolver na análise com a analista “B”, formando o que pareceu ser uma transferência homossexual. Essa transferência foi sugerida pelo fato de ela começar a retirar suéteres, que usava com regularidade, de forma exageradamente lenta depois de deitar no divã e comentar sobre o ato de “despir-se”, quando, na verdade, permanecia bem vestida com a camisa ou blusa que estava usando. Após ter se firmado na análise, ela formou uma nova resistência. A luz do consultório estava errada. Ela tinha que se deitar no divã olhando para o teto e para as luzes que machucavam seus olhos. Ela aceitaria isso, mas teria que manter os olhos fechados o tempo todo. A isso a analista reagiu gentilmente: “Dessa forma, você não será capaz de olhar comigo nada sobre você ou sobre mim”. As próximas associações da paciente sugeriram que ela queria pedir à analista para colocar uma nova instalação elétrica na sala de modo que pudesse ver. Assim, da mesma forma como o primeiro analista era muito rico para analisá-la, sua segunda analista era muito pobre.

Obviamente, há muita co-criação acontecendo nesta vinheta evidenciada pela troca de analista. Considerarei brevemente três elementos: a escolha de um foco e de uma razão para a resistência, a fantasia mobilizadora da resistência e a transferência. Em todos os três, há uma co-criação atuando. Os pontos centrais de resistência diferem – a escrivãzinha no consultório do analista “A” e as luzes do teto no consultório da analista “B”. Os consultórios dos analistas, sua localização e móveis contribuem de forma material para as diferentes escolhas de um foco de resistência pela paciente. Essas mesmas influências dos dois analistas também entraram na formação de uma fantasia de riqueza da paciente, com o analista “A” sendo um burguês e a analista “B” sendo uma pobre funcionária de hospital. A masculinidade do analista “A” convidou-a a uma transferência edipiana positiva; a feminilidade da analista “B” facilitou uma transferência edipiana negativa. Mas qual a profundidade dessa co-criação? Existem elementos constantes na troca de analista, apesar dessas diferenças reais?





Quão heraclitiana é a paciente?

Acredito que a co-criação possa ser melhor caracterizada através de uma analogia com a estrutura dos sonhos. A co-criação, em grande parte, é limitada ao conteúdo manifesto da neurose do paciente; não atinge o conteúdo latente, exceto no caso da transferência. Muito bem. Porém é evidente que a transferência expressa o que é fundamental no conteúdo latente, o qual era heterossexual com o analista “A” e se tornou homossexual com a analista “B”. As evidências não sugerem que a mudança de analista fez emergir uma alteração importante na organização libidinal inconsciente em funcionamento na neurose da paciente, uma co-criação em um nível profundo do conteúdo latente? As evidências disponíveis não indicaram a co-criação de uma organização homossexual inconsciente pela analista “B” e a paciente. Essa organização estava lá, nas associações da paciente com o analista “A”. Freud (1908) descreveu a natureza bissexual de algumas fantasias históricas. A fantasia da transferência de uma analista um tanto patética e empobrecida com as luzes como punição incluía um componente heterossexual e um componente homossexual unidos na imagem atrás da qual estava a imagem inconsciente de uma mãe derrotada (castrada), que não representava nenhum perigo e que precisava ser cuidada, ligada a um poderoso pai castrador que abandonava e prejudicava. A alteração na transferência não envolveu a criação de uma nova organização inconsciente, somente envolveu uma alteração de gênero em sua expressão na transferência. Assim, a influência do pai perigoso e excitante é expressa na escolha de foco para a resistência e seu significado – a luz que cega. *A co-criação ocorre, mas é limitada a associações manifestadas, resistências e transferências. A realidade psíquica inconsciente subjacente não está vulnerável à co-criação.*

A tese relacionalista enfrenta problemas similares. Não quer dizer que as relações não sejam importantes. Na teoria freudiana, as relações de objeto dividem o palco principal com o desenvolvimento da pulsão na saúde e na neurose, como tentei mostrar. É, portanto, o caso de as relações de objeto terem um papel de mesma importância que as vicissitudes da pulsão na formação da realidade psíquica inconsciente que existe e tem uma natureza que também é relativamente independente das relações. Ou seja, independente do analista ou, como no caso acima descrito, dos analisatas; independentemente de ser transportada de uma relação para outra. Os resíduos dos desejos infantis inconscientes e das formações defensivas que os combatem, auxiliados e estimulados pelas identificações, não têm exatamente uma vida independente para si mesmos, embora sejam inexoráveis. Afinal, esses desejos também procuram objetos para sua satisfação. Qualquer um que tenha dúvidas sobre esse fato pode refletir sobre as transferências de seus pacientes, mesmo as mais sutis e pouco intrusivas, que, sendo a transferência idealizante positiva, armazenam uma produção





Charles Hanly

de gratificação narcisística do sentimento resultante de ser especial, sem mencionar as possibilidades edipianas menos evidentes e o vago prazer agressivo e entusiasmo de ter enganado e desarmado um rival odiado ou um objeto traumáticamente decepcionante. São as defesas que impõem satisfações solipsísticas substitutas sobre esses desejos fixados da vida infantil. Uma das difíceis, mas necessárias, condições do trabalho analítico exige que o analista se permita ser um objeto para essas lutas inconscientes – um primeiro passo necessário na redução terapêutica da influência de suas exigências na vida psíquica do paciente. Essas transferências exigem que o analista se deixe ser, para o analisando, na relação analítica, o que ele não é para si mesmo. Se, no final, o conteúdo essencial da tese relacional não afirma mais do que isso, então está somente recomendando uma mudança de terminologia que não parece ser particularmente útil.

Os teóricos relacionais tendem a, primeiro, transformar a teoria clássica em um espantinho e depois destruí-la com afirmações das quais o analista clássico pode não discordar substancialmente, embora possa discordar com uma certa sentimentalidade do tipo encontrado na relação eu-tu de Buber ou do recurso a idéias construcionistas sociais e anticientíficas ou vagas, afirmações instáveis sobre algum antigo laço não reconhecido que une o analista e o analisando e no qual todas as transferências e contratransferências específicas estão contidas. Contudo, se esse laço submerso realmente determina quais transferências e contratransferências ocorrem na análise, trata-se, com certeza, de uma força muito poderosa, maior do que as forças inconscientes em ação nas vidas do analisando e do analista. Essa força é anterior à realidade psíquica do analisando e do analista, sendo uma condição para que desenvolvam uma relação de transferência/contratransferência. Pois determina a forma que a transferência/contratransferência tomará – as ações que irão ocorrer, as defesas que serão modificadas, as necessidades agressivas e libidinais que terão um papel nas associações, o âmbito das interpretações do analista sobre elas. A reivindicação dos teóricos relacionais, quer a relação analítica seja compreendida como um campo intersubjetivo (Stolorow & Atwood, 1997), um inconsciente relacional (Gerson, 1996), ou um terceiro elemento intersubjetivo (Ogden, 1999), parece ser a de que uma relação entre analisando e analista subjuga as forças em funcionamento no analisando, provocando suas transferências e as forças em funcionamento no analista, causando suas contratransferências. Se não for assim, a que o conceito poderia estar se referindo, a não ser ao que conhecemos como a aliança de trabalho ou a aliança terapêutica? Se for assim, esses conceitos de relação não representam tantas maneiras de “enfraquecer” com palavras o poder do ego inconsciente e das forças pulsionais em nossos analisandos e em nós mesmos com os quais não temos escolha, a não ser lutar com eles em nosso trabalho terapêutico? Quem não se sentiria muito aliviado, quem não





aplaudiria se isso pudesse ser feito? Mas as ilusões ou o pensamento desejoso não mudam a realidade material nem a psíquica. Somente obscurecem as verdadeiras dificuldades as quais somos obrigados a combater. Finalmente, a psicanálise relacional pode acabar se tornando mais um escape do inconsciente, em vez de ser um *insight* mais profundo na sua natureza e em suas formas de funcionamento. □

Abstract

This paper is an exploration of the impact on our understanding of unconscious processes of what has come to be known as relational psychoanalytic theorizing. This relational view is based on two cardinal premises: first, object relations are the fundamental causal factors in psychic life in general and in pathogenesis, taking precedence over drives and drive development; second, the object relation that exists between analyst and analysand is one of reciprocating transference-countertransference enactment.

The founders of the relational psychoanalytic theorizing asserted that the primacy of libido, as Freud defined it, was at odds with or expressed a failure to appreciate the importance of object relations. However, Freud included the object and a relation to it in his schematic definition of an instinct.

The conceptual innovations of relational theory are, no doubt, well-intentioned. Once the implication of the analyst's objectivity is taken into account and the epistemological idea of the irreducibly subjective analyst is modified by being made consistent with it, the idea provides a highly salutary caution to analysts to treat our observations, feelings and ideas about our patients with an informed skepticism and to never take them for granted. This modified position is critical realism.

In the end, relational psychoanalysis may turn out to be more of an escape from the unconscious rather than a deeper insight into its nature and its ways of working.

Resumen

Este artículo explora el impacto de los procesos inconscientes en nuestro entendimiento de lo que quedó conocido como teoría psicoanalítica relacional. Esta visión relacional está embasada en dos premisas básicas principales: primero, las relaciones de objeto son los factores causales fundamentales en la vida psíquica en general y en la patogénesis, teniendo preponderancia sobre los impulsos y el desarro-





Charles Hanly

llo del impulso; segundo, la relación de objeto que existe entre el analista y el analizado se caracteriza por la ocurrencia de la transferencia/contratransferencia recíproca. Los fundadores de la teoría psicoanalítica relacional afirmaban que la primacía de la libido, según Freud la definió, no estaba de acuerdo con las relaciones de objeto y la relación con el objeto o no conseguía valorar acerca de la importancia de estas relaciones. Aún, Freud incluye el objeto y la relación con el objeto en su definición esquemática del instinto. Las innovaciones conceptuales de la teoría relacional son, sin lugar a duda, bien intencionadas. Una vez que la implicación de la objetividad del analista es tenida en cuenta y que la idea epistemológica del analista irreductiblemente subjetivo es modificada por venir a transformarse consistente con esta implicación, la idea propone una cautela altamente saludable para los analistas, o sea, tratar sus observaciones, sentimientos e ideas a respecto de sus pacientes con un escepticismo informado y nunca tomarlos por definitivos. Esta posición modificada, es el realismo crítico. Finalmente el psicoanálisis relacional puede venir a ser mas un escape del inconsciente, a la vez de ser un insight mas profundo en su naturaleza y en sus formas de funcionamiento.

Referências

- ABRAMS, S. (1986). Disposition and the environment. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 42:41-60.
- STOLOROW, R. & ATWOOD, G. (1997). Deconstructing the myth of the neutral analyst: an alternative from intersubjective systems theory. *Psychoanal. Q.*, 66: 431-449.
- CHUSED, J. (1986). Consequences of parental nurturing. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 41: 419-438.
- DESCARTES, R. (1649). The passions of the soul. In: *Philosophical Works of Descartes*, v. 1. New York: Dover Publications, 1955, pp.329-427.
- FAIRBAIRN, W.R.D. (1946). Object-relationships and dynamic structure. *International Journal of Psycho-Analysis*, 27: 30-37.
- . (1963). Synopsis of an object-relations theory of personality. *International Journal of Psycho-Analysis*, 44: 224-225.
- FREUD, A. (1946). The psychoanalytic study of infantile feeding disturbances. In: *The Writings of Anna Freud*, v. 4, New York: International Universities Press, 1968, pp. 39-59.
- . (1949). Notes on aggression. In: *The Writings of Anna Freud*, v. 4. New York: International Universities Press, 1968, pp.60-74.
- FREUD, S. (1895). Project for a scientific psychology. *Standard Edition*, 1: 295-343.
- . (1908). Hysterical phantasies and their relation to bisexuality. *Standard Edition*, 9: 159- 166.





- _____. (1914). On narcissism, an introduction. *Standard Edition*, 14: 73-104.
- _____. (1915). Instincts and their vicissitudes. *Standard Edition*, 14: 117-140.
- _____. (1917). Mourning and melancholia. *Standard Edition*, 14: 239-25
- _____. (1923). The ego and the id. *Standard Edition*, 19: 12-68.
- _____. (1933). New introductory lectures on psychoanalysis. *Standard Edition*, 22: 1-182.
- _____. (1937). Analysis terminable and interminable. *Standard Edition*, 23: 216-254.
- GERSON, S. (1996). Neutrality, resistance and self-disclosure in an intersubjective psychoanalysis. *Psychoanal. Dial.*, 6: 623-647.
- HANLY, C. (1978). Instincts and hostile affects. *International Journal of Psycho-Analysis*, 59: 149-156.
- _____. (1986). Review of *The Assault of Truth: Freud's Suppression of the Seduction Theory*. *Int. J. Psycho-Anal.*, 67: 517-519.
- _____. (1995). On facts and ideas in psychoanalysis. *International Journal of Psycho-Analysis*, 76: 901-908.
- _____. (1999). Subjectivity and objectivity in analysis. *J. Amer. Psychoanal. Assoc.*, 47: 427-444.
- _____. and Hanly, M.A.F. (2001). Critical realism: distinguishing the psychological subjectivity of the analyst from epistemological subjectivism. *J. Amer. Psychoanal. Assoc.*, 49: 515-532.
- _____. and Nichols, C. (2001). A disturbance of psychoanalytic memory. *Philosophy of the Social Sciences*, 31: 279-301.
- HEIDEGGER, M. (1927). *Being and Time*. London: SCM Press, 1962.
- KANT, I. (1781). *Immanuel Kant's Critique of Pure Reason*. London: Macmillan, 1950.
- _____. (1788). *Kant's Critique of Practical Reason*. Toronto: Longmans, Green, 1909.
- KOHUT, H. (1959). Introspection, Empathy and Psychoanalysis. In: *The Search for the Self*. New York: International Universities Press, 1975, pp. 3-23.
- _____. (1977). *The Restoration of the Self*. New York: International Universities Press.
- LOEWALD, H. (1951). Ego and reality. *International Journal of Psycho-Analysis*, 32: 10-18.
- MERLEAU-PONTY, M. (1945). *Phenomenology of Perception*. London: Routledge & Kegan Paul, 1962.
- MILL, J.S. (1863). *Utilitarianism*. London: Longmans, Green, 1907.
- NEUBAUER, P. (1987). Disturbances in object representation. *Psychoanalytic Study of the Child*, 42: 335-351.
- NOVICK, K. and NOVICK, J. (1987). The essence of masochism. *Psychoanalytic Study of the Child*, 42: 353-384.
- OGDEN, T. (1999). The analytic third: an overview. In: *Relational Perspectives in Psychoanalysis: The Emergence of a Tradition*. NJ: Analytic Press, pp. 487-492.
- ORNSTEIN, A. and ORNSTEIN, P. (1994). On the conceptualization of clinical facts. *International Journal of Psycho-Analysis*, 75: 977- 994.
- RENIK, O. (1993). Analytic interaction: conceptualizing technique in light of the analyst's irreducible subjectivity. *Psychoanal. Q.*, 62: 553-571.
- _____. (1998). The analyst's subjectivity and the analyst's objectivity. *Int. J. Psycho-Anal.*, 79: 487-497.
- SARTRE, J.-P. (1943). *Being and Nothingness*. New York: Philosophical Library, 1956.
- SEGAL, H. (1979). *Melanie Klein*. New York: The Viking Press.
- SHENGOLD, L. (1989). *Soul Murder: The Effects of Childhood Abuse and Deprivation*. New Haven: Yale University Press.





Charles Hanly

SPENCE, D. (1994). The special nature of psychoanalytic facts. *International Journal of Psycho-Analysis*, 75: 915-925.

SPINOZA, B. (1677). Ethics. In: *Spinoza Selections*. New York: Charles Scribner's Sons, 1939, pp.94-400.

Recebido em 01/12/2003

Aceito em 03/12/2003

Tradução de **Janisa Antoniazzi**

Revisão técnica de **Anette Blaya Luz e Rose Eliane Starosta**

Charles Hanly

27 Whitney Av.,

Toronto ONT M4W 2A7 – Canada

E-mail: cema.hanly@utoronto.ca



© Revista de Psicanálise – SPPA

